

Recorde: quase 72 milhões de brasileiros estão inadimplentes

ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico

Mariana Del Bianco (Universidade de Taubaté)
Larissa Kauany Moreira (Universidade de Taubaté)
Paulo Henrique Costa Sodré (Universidade de Taubaté)

O Brasil atingiu a marca de quase 72 milhões de pessoas inadimplentes, o que representa cerca de 43% da população adulta. Esse recorde, além de expressar a dimensão do problema, evidencia como fatores econômicos e sociais se combinam para ampliar a vulnerabilidade financeira de grande parte da sociedade brasileira. De acordo com o levantamento, realizado a partir de dados de entidades como a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o SPC Brasil, o número crescente de devedores está diretamente associado ao encarecimento do crédito, à alta das taxas de juros e à perda de poder aquisitivo das famílias. O aumento da inflação nos últimos anos, somado à instabilidade do mercado de trabalho e à estagnação dos salários, tem comprometido a capacidade de pagamento dos consumidores, resultando em um ciclo de endividamento difícil de ser revertido. O impacto da inadimplência vai além do âmbito individual. Para as famílias, o comprometimento da renda significa restrição ao consumo de bens e serviços básicos, afetando diretamente a qualidade de vida. Para a economia, os efeitos incluem a redução da circulação de recursos, o enfraquecimento do setor varejista e a desaceleração do crescimento econômico. Além disso, os inadimplentes enfrentam barreiras de acesso a crédito e renegociação de dívidas, o que aprofunda sua exclusão do sistema financeiro. A análise do G1 também aponta que a inadimplência é mais intensa entre pessoas de menor renda, o que reforça a relação entre desigualdade social e vulnerabilidade econômica. Isso indica a necessidade de políticas públicas que não apenas ofereçam condições de renegociação, mas que promovam inclusão financeira e educação econômica. A realização de feirões de negociação e programas de parcelamento pode representar uma medida emergencial, mas somente políticas estruturais de geração de emprego e renda, somadas a estratégias de educação financeira, poderão combater as causas profundas desse fenômeno. Dessa forma, o recorde de inadimplência divulgado pelo G1 deve ser interpretado como um alerta para o Estado, a sociedade civil e o meio acadêmico. Mais do que um dado estatístico, trata-se de um indicador da fragilidade do modelo de consumo e crédito vigente no país. Para a pesquisa científica, o tema oferece um campo fértil de análise interdisciplinar, envolvendo economia, sociologia, administração e políticas públicas, contribuindo para a formulação de estratégias que possam equilibrar desenvolvimento econômico, justiça social e cidadania financeira.

Palavras-chave: Inadimplência; Endividamento; Economia brasileira; Desigualdade social; Educação financeira; Políticas públicas.